

## FORMAÇÃO ORGANIZATIVA DO TRABALHO E SEUS NOVOS CONTORNOS: ECONOMIA SOLIDÁRIA, UMA OUTRA POSSIBILIDADE

Susana Rodrigues Barros<sup>1</sup>  
Danielly Pinheiro Neves Lucchin<sup>2</sup>  
Rodolfo dos Santos Silva<sup>3</sup>

### Resumo

A partir de um artigo elaborado por quatro componentes do projeto de pesquisa *Participação popular na determinação do Orçamento Público e Economia Solidária*, criou-se um resumo expandido, a ser apresentado por duas componentes. Com o tema *Formação Organizativa do Trabalho e seus Novos Contornos: Economia Solidária, uma outra possibilidade*, o objetivo geral do resumo expandido é o de compreender a Economia Solidária e alguns dos principais instrumentos necessários para estabelecê-la como alternativa ao modelo de desenvolvimento econômico, político e social vigente. A justificativa para a realização desta pesquisa se encontra nas diferentes possibilidades que a Economia Solidária apresenta, entre as quais estão as formas de cooperação que proporcionam a busca pela igualdade, pela justiça e pela solidariedade, e a emancipação financeira dos membros da organização envolvidos no processo produtivo. Para isso, buscou-se a compreensão dos conceitos de moeda social e de banco comunitário, bem como a ampliação do conhecimento sobre os novos perfis brasileiros de trabalho, considerados autônomos, os quais abrem maior probabilidade para que a Economia Solidária seja consolidada. A metodologia adotada foi a da pesquisa bibliográfica qualitativa, por meio da consulta em artigos, revistas, livros e sites, remetendo a autores como Gaiger (2003), Schneider (2012) e Singer (2000).

**Palavras-chave:** Economia Solidária. Banco comunitário. Moeda social.

### 1 Introdução<sup>4</sup>

A disparidade social é cada vez maior na sociedade brasileira. Enquanto muitas famílias vivem em residências confortáveis, outras estão aglomeradas em casas autoconstruídas, por vezes em regiões extremamente precárias. Em grande parte, essas famílias humildes estão distantes do alcance de políticas sociais dos gestores públicos, o que, em contrapartida, gera engajamento nas esferas econômica e social, a fim de buscar mecanismos para amenizar as consequências dessa marginalização do sistema.

As mudanças no mercado de trabalho têm provocado alterações nas relações entre patrões e empregados. A globalização, o neoliberalismo e as inovações tecnológicas têm impactado na oferta de empregos, de forma a reduzir a necessidade de mão de obra. Além disso,

---

<sup>1</sup>Graduada em serviço social pelo Centro Universitário Internacional — UNINTER), pós-graduada em Política de Assistência Social, acadêmica em Tecnologia em Gerontologia, pesquisadora voluntária no grupo de pesquisa *Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária*. E-mail: susana.barros123456@gmail.com

<sup>2</sup>Graduada em pedagogia, acadêmica em direito, bolsista no Projeto de Iniciação Científica no grupo de pesquisa *Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária*. E-mail: danielly\_neves@hotmail.com

<sup>3</sup>Professor doutor do curso de serviço social da Uninter, e coordenador do grupo de pesquisa *Participação Popular na Determinação do Orçamento Público e Economia Solidária*. E-mail: rodolfosilva2020@uol.com.br

<sup>4</sup> Classificação do trabalho: resultados de pesquisa desenvolvidos no projeto de pesquisa do curso de serviço social. Polo de apoio presencial: Curitiba-PR.

jornadas exaustivas, salários incompatíveis e disseminação do covid-19 surgem como novos desafios colocados a autônomos e desempregados.

Para buscar a superação do momento de dificuldades e preocupações, este estudo objetiva compreender de que forma a Economia Solidária (ES) e seus instrumentos de financiamento e de crédito podem contribuir para minimizar os efeitos devastadores da atual crise conjuntural.

## **2 A economia solidária e a formação organizativa do trabalho e seus novos contornos**

Conforme o Fórum Brasileiro de Economia Solidária — FBES (2005), a ES é um modelo de desenvolvimento econômico fundamentado em uma globalização humanizadora e sustentável, “socialmente justa e voltada para a satisfação racional das necessidades de cada um e de todos os cidadãos da Terra seguindo um caminho intergeracional de desenvolvimento sustentável na qualidade de sua vida” (FBES, 2005, p. 1).

No documento *Carta de princípios da Economia Solidária*, o FBES (2005) estabelece algumas diretrizes gerais que regem a concepção que a organização possui em relação a ES, de maneira que os benefícios do desenvolvimento produtivo sejam repartidos com mais equidade, tais como: a valorização social do trabalho humano; ter como eixo da criatividade tecnológica e da atividade econômica a satisfação plena das necessidades de todos; o reconhecimento do lugar fundamental da mulher na economia; a busca de uma relação de intercâmbio respeitoso com a natureza; os valores da cooperação e da solidariedade.

De acordo com Gaiger (2003), as ações da ES estão voltadas para uma educação financeira e cultural, na qual os participantes se organizam em associações, grupos de produção, cooperativas e empresas de autogestão. Isto difere da lógica mercantil capitalista ao materializar, em relação aos tipos de empreendimentos, as seguintes formas de organização: cooperativismo; clubes de trocas; *LETS* (*Local Employment and Trading System* — Sistema Local de Emprego e Comércio); empresas autogestionárias e o comércio justo.

Singer (2000, p. 132) explica os *LETS* como “um sistema que congrega produtores em nível local, para intercambiarem seus produtos mediante crédito mútuo”. O autor também relata que as empresas autogestionárias representam uma forma de materializar os ideais da ES, por serem associações onde os produtores administram a organização. Por meio do comércio justo, podem buscar de forma cooperada as melhores condições de comercialização de seus bens e serviços para proteger os direitos de todos os envolvidos.

Enquanto o cooperativismo se baseia em um empreendimento que visa colaboração mútua e emancipação dos participantes, no entendimento de Gaiger (2003), o clube de trocas respeita as normas éticas e ecológicas, pois os associados realizam permuta de produtos e serviços de forma solidária. Também se constituem em importantes instrumentos de ES o banco comunitário e a moeda social.

### **3 Banco comunitário e a moeda social: dois grandes instrumentos da economia solidária**

Banco Palmas é o nome dado ao primeiro banco comunitário criado no Brasil, em funcionamento desde janeiro de 1998. De acordo com relato de Pires (2013), houve uma mobilização de um grupo de moradores do Conjunto Habitacional Palmeira (ASMOCONP), localizado em Fortaleza/CE, cuja missão era “implantar programas e projetos de trabalho e geração de renda, na perspectiva de superação da pobreza urbana.” (PIRES, 2013, p. 1).

Conforme aduz o pensamento de Reis (2019), um banco comunitário busca, na inclusão do cidadão de baixa renda, a possibilidade de desenvolver sua inserção financeira, com o interesse de tornar todo o sistema financeiro e bancário mais democrático. Há um clamor por parte da população dessas comunidades, as quais apresentam um elevado grau de vulnerabilidade e desigualdade social, para que tal acesso seja possível. Por conta disso, o banco comunitário é apresentado como instrumento de desenvolvimento social e econômico, e, mediante grupos de Economia Solidária, os cidadãos são responsáveis pela realização do projeto, para garantir o acesso das comunidades pobres aos serviços bancários e impulsionar a produção e o consumo locais de bens e serviços, com recursos oriundos de empréstimo financeiros para o desenvolvimento de determinada atividade econômica.

Outro exemplo é o Banco Comunitário de Liberdade e Inclusão Solidária Articulada (Banclisa), localizado em Teófilo Otoni, no Território Mucuri/MG, e fundado, em 2012, a partir da associação Aprender Produzir Juntos (APJ), pelo Padre Giovanni Lisa, sacerdote italiano que chegou à região em 1977. Conforme relatos de Resgala (2019), boa parte dos recursos mantenedores da associação provinha da Itália. A APJ, além de idealizar a criação do banco, atua na região desde a década de 1980. O Banclisa também é referência no Brasil, atuando com o crédito à comunidade local e utilização da moeda social.

O Banco Palmas colocou em circulação uma moeda social, em 2002. A iniciativa surgiu com o intuito de fomentar a circulação da moeda e propiciar acesso ao mercado de serviços àqueles que possuíam dificuldade de acesso aos bancos tradicionais de crédito, e para o desenvolvimento local (MAHNIC *et al.*, 2019). De acordo com Beatriz *et al.* (2016, p. 200),

[...] moeda social é a denominação que se dá às formas monetárias alternativas, não oficiais, em geral ligadas às experiências de economia solidária. Encontra-se moeda social em bancos comunitários, clubes de troca e algumas feiras de economia solidária.

Para além da autonomia, da emancipação e da inclusão social do sujeito, a moeda social pode contribuir para o desenvolvimento local sustentável. Assim sendo, conforme Comissão Brundtland (WORLD, 1987, p. 143 apud SCHNEIDER; BRANCO, 2012, p. 102), o “[...] desenvolvimento local sustentável é aquele que satisfaz as necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações satisfazerem suas próprias necessidades”. Portanto, é fundamental que o desvelamento do desenvolvimento sustentável, da equidade e dos direitos sociais estejam presentes no cotidiano das pessoas para orientá-las na formação e no comprometimento nos âmbitos social e político, e, principalmente, na conscientização de solidariedade e de sustentabilidade.

#### 4 Considerações Finais

Embora o cenário econômico nacional atual apresente uma demanda considerável aos empreendimentos propostos pela ES, a falta de conhecimento, bem como as instituições autointituladas de Banco Social, acabam por diminuir a real importância e relevância desse sistema, o que torna urgente a necessidade de divulgar o conhecimento a respeito do assunto. Em vista disso, os participantes da ES têm utilizado o termo *banco comunitário* para designar atividades que favoreçam o acesso dos cidadãos às microfinanças, como o microcrédito e a moeda social.

A Economia Solidária e seus instrumentos, que fomentam a vida comunitária e valorizam os princípios do desenvolvimento sustentável, como os empreendimentos econômicos solidários, os clubes de trocas, as feiras comunitárias, o banco comunitário e a moeda social, proporcionam o desenvolvimento local de determinados territórios que muitas vezes estão em estado de vulnerabilidade social, além de estabelecer um empoderamento dos atores internos e externos. Para tanto, é indispensável planejamento, organização, investimento em autogestão e controle, além de capacitação para que os indivíduos tenham êxito na circulação da moeda social.

#### Referências

BEATRIZ, Marilene Zazula *et al.* Moeda social: possibilidades e limites – reflexões a partir da implantação do Ecobanco em uma Feira de Economia Solidária. **Otra Economía**, v. 10, n.

19, p. 198-207, jul./dez. 2016. Disponível em:  
<http://revistas.unisinos.br/index.php/outraeconomia/article/viewFile/outra.2016.1019.06/5769>.  
Acesso em: 17 mar. 2021.

FÓRUM BRASILEIRO DE ECONOMIA SOLIDÁRIA (FBES). Carta de princípios da Economia Solidária. **FBES**, 2005. Disponível em: <https://fbes.org.br/2005/05/02/carta-de-principios-da-economia-solidaria/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

GAIGER, L. I. Empreendimentos Econômicos Solidários. *In*: CATTANI, A. (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz, 2003.

MAHNIC, Chayne de Lima Pereira *et al.* Banco Palmas: inclusão e desenvolvimento local. **Interações**, Campo Grande, 20, n. 1, p. 111-124, jan./mar. 2019. Disponível em:  
<https://www.scielo.br/pdf/inter/v20n1/1518-7012-inter-20-01-0111.pdf>. Acesso em: 17 mar. 2021.

PIRES, Fátima. Primeiro banco comunitário do país. **Rank Brasil**, 2013. Disponível em:  
<http://Venha.Me/yWzA>. Acesso em: 17 mar. 2021.

REIS, Tiago. Banco comunitário: entenda como funciona esse tipo de instituição. **SUNO**, 2019. Disponível em: <https://www.suno.com.br/artigos/banco-comunitario/>. Acesso em: 17 mar. 2021.

RESGALA, Gustavo. **Práticas de finanças solidárias como práticas urbanas**: uma análise das ações dos bancos comunitários de desenvolvimento. 2019. 241 f. Tese (Doutorado em Arquitetura e Urbanismo) — Escola de Arquitetura, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2019. Disponível em:  
[https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30629/1/0\\_Tese\\_Resgala\\_ENTREGUE.pdf](https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/30629/1/0_Tese_Resgala_ENTREGUE.pdf).  
Acesso em: 17 mar. 2021.

SCHNEIDER, Elton Ivan; BRANCO, Henrique José Castelo. **A caminhada empreendedora**: a jornada de transformação de sonhos em realidade. Curitiba: Intersaberes, 2012.

SINGER, Paul. **Globalização e desemprego**: diagnóstico e alternativas. São Paulo: Contexto, 2000.